

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS E DO LAR RESIDENCIAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO

Lagoa, 11 de abril de 2018

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Em primeiro lugar, dizer-vos que é com muito gosto que estou hoje aqui convosco a partilhar este momento, um gosto que deriva, desde logo, do facto de esta ser uma data importante para a cidade da Lagoa, mas também porque este é um momento em que apresentamos o projeto de construção do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial, que pretende servir aqueles que, de entre nós, necessitam de um apoio diferenciado em virtude de terem necessidades especiais.

Já muito foi dito em relação a esta infraestrutura, mas há dois ou três aspetos que gostaria de realçar neste momento. Trata-se de uma infraestrutura que significa um investimento à volta dos três milhões de euros e que vem criar cerca de 50 vagas - 30 no âmbito do Centro de Atividades Ocupacionais e 18 no âmbito do Lar Residencial.

Vem colmatar uma lacuna que existia no concelho da Lagoa quanto a uma infraestrutura com estas valências, cumpre também um objetivo que se insere nas políticas que o Governo dos Açores tem desenvolvido de reabilitação urbana de uma componente deste investimento e insere-se num processo que se estende a todas as ilhas da nossa Região de reforço e de requalificação de infraestruturas desta natureza que tem como resultado que, em 2017, garantimos o apoio a cerca de 800 Açorianos que estão nestas condições que referi.

É também mais um passo nesta caminhada de garantir que, até 2020, temos uma capacidade instalada na nossa Região que se adequa às necessidades que temos neste domínio e que passa por criar ou requalificar a disponibilização de cerca de 250 vagas.

Há investimentos que estão a decorrer noutros concelhos da ilha de São Miguel e noutras ilhas da nossa Região que visam exatamente servir esse objetivo.

Este projeto que hoje aqui apresentamos está já em fase de licenciamento camarário. É um investimento que cumpre esse objetivo, desde logo ao nível das infraestruturas, de nos capacitar para, no horizonte temporal de 2020, termos, em capacidade instalada, uma correspondência àquilo que são as necessidades da Região neste domínio.

Poderíamos, eventualmente, ficar por aqui, mas temos a consciência de que não podemos, nem devemos ficar por aqui. E temos, sobretudo, o desafio de todos nós tomarmos a consciência de que esta é uma componente importante, esta é uma componente

fundamental nesta área do domínio da intervenção pública e de políticas públicas dirigidas àqueles que, entre nós, necessitam de um apoio diferenciado.

Mas não é tudo, há uma outra componente em que temos que reforçar a nossa atenção e trabalhar para, desde logo ao nível do Governo, como temos feito, cumprir a ambição que temos para esta área.

Há uma componente essencial que queremos também abordar de forma crescente, e que tem a ver com a integração daqueles que, entre nós, necessitam de uma atenção diferenciada: a integração, desde logo, ao nível do mercado de trabalho, seja no mercado normal, seja no emprego protegido ou até no mercado social.

Isto acontece por várias razões. Acontece, desde logo, por uma questão de autonomia daqueles que estão nessa situação, mas acontece também por uma questão da forma como encaramos a nossa abordagem a esta realidade e a esta política.

O objetivo não é criar infraestruturas onde os nossos concidadãos estejam com todo o cuidado, com toda a atenção e com todo o apoio. O objetivo é, a partir deste passo, criar as condições para que eles sejam, também, cidadãos açorianos de pleno direito e se possam integrar de forma plena na nossa sociedade.

Este é um trabalho e é uma componente da intervenção de políticas públicas que o Governo dos Açores tem desenvolvido e que queremos reforçar, ao mesmo tempo que caminhamos, conforme devem ter percebido, para uma situação em que, ao nível das infraestruturas, o nosso horizonte temporal é que nesta legislatura elas se adequem em termos de capacidade instalada às nossas necessidades.

É por isso que, nesta legislatura, vamos avançar com a revisão e o reforço dos mecanismos que promovam a entrada daqueles que necessitam de apoio diferenciado nesse mercado de trabalho, por uma questão de autonomia individual e por uma questão também de uma ajuda às suas famílias, que, por essa via, veem criadas as condições para a autonomização dos seus elementos.

Mas, também aqui, necessitamos de ter uma consciência muito clara de que esta integração no mercado de trabalho não é apenas um desafio do Governo ou das entidades públicas. Não é apenas um desafio de instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Lagoa ou outras por toda a nossa Região.

É por isso que daqui lanço um desafio aos nossos empresários para que sejam parceiros neste processo, para que sejam parceiros nesta abordagem à integração dos Açorianos que necessitam de cuidados diferenciados e especiais para, desta forma, podermos contribuir, não apenas para a realização particular deste objetivo numa política de integração, não apenas para aquilo que constitui o reforço da autonomização desses nossos concidadãos, mas por um objetivo também que, embora mais vasto, mais geral e mais genérico, não

deixa de ser muito importante: para que sejamos nós, aqui nos Açores, uma sociedade cada vez mais inclusiva, mais solidária, mais coesa e mais justa.

Os meus parabéns e as maiores felicidades.

Muito obrigado.